

**UMA ANÁLISE DAS LÓGICAS NEOLIBERAIS NA ESCOLA
CÍVICO-MILITAR: A DISCIPLINA COMO DISCURSO
PERFORMATIVO DA QUALIDADE EDUCACIONAL**

Leandra Cristine Pianco da Silva ¹

RESUMO

O neoliberalismo enquanto racionalidade tem performado significativamente as práticas e políticas educacionais em diversos contextos, servindo como medidas de produtividade ou resultados, ou como formas de apresentação da qualidade (Ball, 2010). A escola cívico-militar no Brasil emerge como um dos exemplos mais emblemáticos dessa lógica, representando um modelo educacional que encapsula, e ao mesmo tempo, incorpora elementos regulativos de controle disciplinar e eficiência gerencial, típicos das políticas neoliberais. Segundo Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não se restringe a um modelo econômico, mas se configura como uma racionalidade que permeia todas as esferas da vida social, incluindo a educação. Na escola cívico-militar, essa racionalidade se manifesta por meio da padronização de comportamentos, da hierarquização das relações e da inserção de práticas meritocráticas e disciplinadoras, frequentemente justificadas como sinônimos de qualidade educacional. No entanto, o sentido da qualidade educacional, longe de ser fixo e universal, é disputado no campo da discursividade em busca da hegemonia, assumindo distintos significantes conforme a posição dos sujeitos envolvidos em sua formulação e implementação. Este estudo buscou compreender como as lógicas políticas neoliberais moldam o discurso da qualidade educacional nas escolas cívico-militares, analisando os sentidos flutuantes desse conceito dentro da Teoria do Discurso pós-estrutural. A partir de Laclau e Mouffe (2015), pretendeu-se investigar como diferentes cadeias discursivas constroem, disputam e regulam os sentidos atribuídos à qualidade educacional nessa escola. Com base na Teoria do Discurso, foram examinados os significantes flutuantes que compõem o discurso da qualidade educacional, identificando os antagonismos e cadeias de equivalência que sustentam esse modelo. Os resultados encontrados apontaram que o discurso neoliberal nas escolas cívico-militares articula elementos como disciplina, hierarquia e meritocracia para construir um sentido hegemônico de qualidade educacional, negando concepções antagônicas, mas que também se mostram parciais na fixação do seu sentido de qualidade.

Palavras-chave: Escola cívico militar, Lógicas neoliberais, Performatividade, Pós estruturalismo.

INTRODUÇÃO

A emergência das escolas cívico-militares no Brasil constitui um fenômeno paradigmático para compreender as formas contemporâneas de regulação e performatividade no campo educacional. Inserido nas dinâmicas mais amplas das reformas de orientação neoliberal, esse modelo escolar reitera um discurso de “qualidade” ancorado em valores de disciplina, hierarquia e eficiência, articulando-se a um imaginário

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, leandra.pianco@ufpe.br;



de ordem e produtividade que busca responder às supostas “crises” da escola pública. Tal discurso, porém, não é neutro: ele é o produto de uma disputa hegemônica no interior do campo educacional, em que diferentes racionalidades tentam fixar sentidos sobre o que é ser uma “boa escola” e o que significa uma “educação de qualidade”.

Nessa perspectiva, o presente estudo propõe uma análise teórico-analítica das lógicas neoliberais que atravessam o discurso das escolas cívico-militares, tomando como eixo a compreensão da disciplina enquanto significante performativo da qualidade educacional. Inspirado na Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015) e nas contribuições de Stephen Ball (2010), busca-se problematizar como a racionalidade neoliberal opera como uma forma de governo dos sujeitos e das instituições, instaurando mecanismos discursivos que regulam condutas, modelam identidades e fixam fronteiras entre o aceitável e o desviante no espaço escolar.

O neoliberalismo, compreendido aqui não apenas como um modelo econômico, mas como uma racionalidade política que estrutura modos de pensar e agir (Dardot e Laval, 2016), impõe à escola uma gramática de eficiência, meritocracia e responsabilização. Sob essa lógica, a qualidade educacional é convertida em um significante flutuante, constantemente disputado, mas hegemonicamente articulado à práticas de controle e vigilância. Essa articulação discursiva não ocorre de maneira transparente; ela opera por meio de uma performatividade (Ball, 2010) que induz comportamentos, produz subjetividades e define o que conta como sucesso, qualidade ou fracasso.

A justificativa deste estudo emerge da necessidade de compreender como tais discursos se materializam e se naturalizam nas políticas públicas e nos dispositivos institucionais, especialmente em contextos marcados pela militarização simbólica e pedagógica da escola. Ao invés de apenas descrever o fenômeno, o artigo busca desestabilizar as evidências naturalizadas de qualidade e disciplina, revelando os antagonismos e exclusões que sustentam sua hegemonia discursiva.

Assim, o objetivo central é analisar as lógicas neoliberais que moldam o discurso da qualidade educacional nas escolas cívico-militares, compreendendo a disciplina como significante performativo desse processo. Especificamente, pretende-se: (1) discutir as articulações entre racionalidade neoliberal e performatividade nas políticas educacionais; (2) identificar como os discursos da disciplina e da qualidade se hegemonizam nas



práticas escolares; e (3) problematizar as resistências e fissuras que emergem desse processo, tensionando os limites entre regulação e emancipação.

A partir dessa base, o artigo se estrutura em quatro seções: a metodologia, que descreve a abordagem teórico-discursiva; o referencial teórico, que aprofunda as contribuições de Laclau, Mouffe (2011, 2015), Dardot e Laval (2016, 2019) e Stephen Ball (2010) e Ball e Mainardes (2014); a análise e discussão, que interpreta o campo discursivo da escola cívico-militar à luz da performatividade neoliberal; e, por fim, as considerações finais, que retomam as principais conclusões e propõem caminhos de reabertura do campo educacional à diferença, à política e ao devir.

UM PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DE INVESTIGAÇÃO A PARTIR DA TEORIA DO DISCURSO

A compreensão das lógicas neoliberais que sustentam o discurso da qualidade nas escolas cívico-militares requer uma abordagem que reconheça a dimensão discursiva e política da produção de sentidos. Nesse horizonte, a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015) constitui-se como um referencial epistemológico robusto ao conceber o social como um campo aberto e contingente, permeado por relações de poder e por tentativas contínuas de fixação de significados.

A hegemonia, segundo Laclau e Mouffe (2015), emerge de um processo de articulação política, em que determinados elementos dispersos são unificados em torno de um projeto que pretende ser universal, mas que é sempre particular e excludente, pois não consegue capturar a universalidade e permitir a constituição do antagonismo. Mesmo assim, a força das articulações através dos pontos nodais é, simultaneamente, tensionar a hegemonia e flutuar sentidos que possam subverter à lógica hegemônica.

Assim, a escola cívico-militar é, nesse sentido, um efeito discursivo dessa articulação hegemônica, pois materializa em sua estrutura e funcionamento a equivalência entre qualidade e controle, entre educação e disciplina, entre autonomia e obediência, mas de forma parcial e contingente.

O conceito de significante flutuante também se tornou central nesta análise, pois evidencia como o termo *qualidade educacional* opera como uma arena de disputas, sendo constantemente ressignificado.

No discurso neoliberal, esse significante tende a ser capturado por lógicas de



mensuração, desempenho e produtividade, convertendo a escola em uma instância de demonstração de resultados e não de formação crítica. Esse processo produz o que Laclau denomina lógica da sutura, que é a tentativa de fechar o campo do discurso, apagando sua contingência e naturalizando o que é, na verdade, uma construção política.

A noção de performatividade se articula à contribuição de Stephen Ball (2010; 2012), e desvela as tecnologias contemporâneas de controle e regulação no campo educacional. Como observa Ball (2012, p. 20), as políticas educacionais neoliberais colonizam as subjetividades e a partir de suas performances “elas significam, encapsulando ou representando um valor, a qualidade ou a valia de um indivíduo” (2010, p.38), redefinindo o que significa ser um bom professor, um bom aluno ou uma boa escola. Mainardes (2006; 2018) também contribui para ampliar essa discussão ao inscrever a performatividade de Ball no contexto latino-americano e brasileiro das políticas públicas educacionais. Para o autor, as políticas são também textos que se interpretam, se disputam e se traduzem localmente, revelando sua natureza ambígua e multifacetada.

A orientação teórico-metodológica adotada não buscou a descrição empírica do real em sua suposta objetividade, mas a compreensão de como os sentidos foram produzidos, disputados e estabilizados temporariamente nas arenas discursivas que compõem o campo educacional contemporâneo.

A partir da compreensão de que toda política é um discurso — uma prática articulatória que visa fixar significados e instituir uma determinada ordem social (Laclau e Mouffe, 2015), o discurso da qualidade educacional nas escolas cívico-militares é tomado como um objeto discursivo, cuja análise se centra nas lógicas, antagonismos e hegemonias que o estruturam.

O foco não recaiu sobre a verificação empírica de dados quantitativos ou sobre a mensuração de resultados, mas sobre a interpretação dos processos de significação que tornaram determinados sentidos legítimos, naturalizados e aparentemente universais.

A análise foi desenvolvida por meio da leitura crítica e comparativa de um *corpus* composto por documentos oficiais, textos institucionais e referenciais teóricos que fundamentam o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) e as políticas de gestão da educação básica. Esses textos são compreendidos como materialidades discursivas, nos quais se evidenciam regularidades, exclusões e jogos de poder que



produzem o campo de inteligibilidade do que se entende por “educação de qualidade”. Tal material foi analisado sob a ótica das categorias pós-estruturalistas de significante flutuante, antagonismo, cadeia de equivalência e hegemonia, buscando revelar as operações discursivas que articulam os sentidos de disciplina, mérito e desempenho à lógica neoliberal.

A pesquisa assume uma perspectiva interpretativa que compreende o conhecimento como um processo contingente, relacional e situado. A verdade, nesse enquadramento, é entendida como um efeito discursivo, sempre provisório e passível de deslocamento, e não como correspondência a uma realidade fixa e objetiva.

A nossa análise, portanto, não se propõe a “explicar” o neoliberalismo na escola cívico-militar como uma totalidade fechada, mas a problematizar seus modos de presença e seus efeitos sobre a subjetividade e a prática escolar, sobre os sentidos de qualidade e as cadeias de equivalência que estas abarcam conjuntamente com a disciplina.

Em consonância com Ball (2012) a performatividade enquanto tecnologia implica o exame dos discursos de política como textos em disputa, nos quais coexistem múltiplas vozes e interesses. As escolas cívico-militares, nesse contexto, são tomadas como efeitos de discurso, resultado de uma articulação política que combina racionalidades militares, neoliberais e moralizantes sob o signo da “qualidade”.

Assim, o olhar analítico volta-se para os modos de produção de sentido e para os processos de subjetivação que fazem do sujeito gestor, docente e estudante agentes de uma performatividade exigida: aquela que “atua” na qualidade, tornando-a visível por meio de evidências e indicadores.

Por último, a metodologia pós-estruturalista aqui adotada privilegia o entendimento das práticas discursivas como práticas políticas, nas quais o poder não é um dado, mas uma relação que estrutura o campo das possibilidades.

A análise da performatividade da disciplina nas escolas cívico-militares, portanto, não busca um juízo normativo sobre sua eficácia, mas sim revelar como essa racionalidade neoliberal institui regimes de verdade, regula condutas e tenta suturar o campo da educação a partir de significantes como ordem, mérito e eficiência.

RESULTADOS E DISCUSSÕES PRELIMINARES

A leitura teórico-analítica dos materiais institucionais, do texto-base do trabalho



e dos referenciais mobilizados permite identificar um campo discursivo relativamente disputado, ainda que contingencialmente, a partir do qual se produz e se sustenta a noção de qualidade educacional nas escolas cívico-militares.

De acordo com o artigo 5º das Diretrizes do programa instituídas em 2021, a ECIM tem como finalidade:

Promover uma educação básica de qualidade, proporcionando ao seu corpo discente o desenvolvimento integral, a preparação para o exercício da cidadania e a formação para prosseguir nos estudos posteriores e no exercício de sua atividade profissional (Brasil, 2021, p.10).

A concepção de qualidade do PECIM está estritamente relacionada com o apelo performativo neoliberal alinhado aos indicadores do IDEB e a valores civis, orientados “a fim de garantir aos alunos um ensino fundamental e ensino médio de qualidade, alicerçado em valores como: patriotismo; civismo; respeito aos símbolos nacionais; noções de hierarquia e de disciplina; valorização da meritocracia e outros” (Brasil, 2021, p. 121).

O significante *qualidade educacional* ocupa nesta formação discursiva a função de ponto nodal ou significantes privilegiados que fixam os sentidos de uma cadeia significantes (Laclau; Mouffe, 2015) uma vez que ele opera como um ponto de sutura que permite ligar diferentes elementos (disciplina, hierarquia, mérito, inovação) numa cadeia de equivalência que tende a naturalizar uma concepção específica de educação.

Em Laclau e Mouffe (2015), a hegemonia não é mera dominação, mas um processo por meio do qual determinados significantes se estabilizam temporariamente como horizontes universais de sentido; no caso em análise, nota-se que a qualidade é sistematicamente rearticulada para identificar-se com a ordem e o controle, com práticas tipicamente neoliberais e com *ethos* militarizante.

Essa articulação hegemônica transforma o campo discursivo tensionando antagonismos: de um lado temos docentes que resistem por meio de práticas pedagógicas que se concentram entre a educação como formação crítica e outros que se situam no projeto hegemônico e balizam a educação como instrumental de ordem. O antagonismo é desqualificado ou recodificado como problemas de implementação ou de “falta de eficiência”, e não como disputas de sentido legítimas e políticas.

A performatividade, nas formulações de Ball (2012), funciona como tecnologia de governo que desloca o sentido da educação do processo formativo, para a



demonstração quantificável de resultados e ao apelo da obediência, e “consiste no desenvolvimento de medidas, de indicadores baseados em “sinais de mercado”, mas que funcionam também como meio de o Estado controlar e definir metas para o gerenciamento e monitoramento do setor público” (Rosa, 2013, p.461).

Nos materiais analisados, observa-se uma ênfase recorrente em instrumentos de monitoramento, indicadores e rotinas de aferição, como o hasteamento da bandeira, a formação de fileiras e cânticos do regime de caserna. Estes dispositivos que transformam a escola em um ambiente normatizado e disciplinado, criam um regime de visibilidade: o que conta é aquilo que pode ser evidenciado em relatórios, prêmios, rankings e sistemas de acompanhamento.

Em termos teóricos, a performatividade articula-se com a lógica neoliberal ao impor critérios de legibilidade e comparabilidade que enquadram escolas e sujeitos dentro de lógicas de mercado e responsabilização individual. Ball e Mainardes (2024) ajudam a explicitar que, ao estabelecer essa visibilidade, as políticas não só medem, mas produzem práticas, definem formas de agir, priorizam certas condutas e marginalizam outras, convertendo a escola em vitrine de conformidade administrativa e disciplinadora.

A articulação entre o *ethos* militar e a racionalidade gerencial produz modos específicos de subjetivação. A disciplina, entendida aqui em sua dimensão normativa quanto em sua dimensão discursiva, torna-se o significante central para a construção do “bom sujeito escolar”: gestor responsável, docente disciplinador, estudante obediente e orientado ao rendimento.

Nesse processo, a subjetivação é dupla: há uma interiorização de normas (autovigilância, autocorreção) e uma exteriorização performativa (relatórios, metas, demonstrações públicas de conformidade). A consequência é a produção de sujeitos governáveis que se reconhecem enquanto sucesso ou fracasso em função de indicadores institucionais.

Importante observar que a hegemonia nunca é total. Nas materialidades discursivas analisadas aparecem ecos e traços de vozes dissidentes, como professores que foram transferidos para outras escolas por não concordarem com a militarização adotada, outros docentes reivindicando complexidade pedagógica e abordagens curriculares que escapam ao cálculo e aos objetivos formativos não quantificáveis.

Essas fissuras evidenciam o caráter contingente da fixação de sentido: a



hegemonia da escola cívico-militar precisa continuamente neutralizar antagonismos para manter sua eficácia discursiva, mas além disso, ela precisa se autoafirmar continuamente contra um inimigo da educação moral, disciplinadora e da retidão.

Laclau e Mouffe (2015) oferecem a chave de leitura ao apontar que a política democrática se dá absolutamente nesse terreno agonístico, onde a hegemonia é contestada e a rearticulação de significantes é possível. Portanto, mesmo em contextos aparentemente normatizados, há janelas de contestação que podem reabrir o sentido de qualidade para dimensões emancipatórias — políticas, éticas, estéticas — que o discurso hegemônico tende a silenciar.

O modelo cívico-militar configura demandas distintas em torno do seu projeto pedagógico ao articular três racionalidades que operam enquanto uma cadeia de equivalência de sentidos complementares: o arranjo neoliberal, que introduz o cálculo e o desempenho como critérios de verdade; o *ethos* militar, que impõe a hierarquia e o controle moral como fundamentos da ordem; e a vertente neoconservadora na Educação, que se mescla às duas anteriores mantendo sua finalidade de educar *cidadãos de bem*.

Esse tríplice articulação configura um campo de hegemonia discursiva que tende a excluir e silenciar projetos educacionais emancipatórios, nos quais a diferença, a participação e o diálogo são compreendidos como dimensões constitutivas da qualidade. A consequência é o que Mouffe (2013) chama de aniquilação do agonismo democrático, ou o esvaziamento da política pela transformação dos conflitos em consensos técnicos.

Essa observação abre espaço para reconhecer que a hegemonia cívico-militar é parcial e precária. A disciplina, ao tentar significar qualidade, também revela suas fissuras discursivas: professores que resistem à padronização, estudantes que subvertem os rituais e a homogeneização, práticas escolares que escapam à lógica da evidência, do rigor e da métrica. Nesses interstícios, emerge o potencial do antagonismo que pode reabrir a disputa no campo educacional dando lugar à diferença e à criatividade.

Assim, a escola cívico-militar torna-se um laboratório discursivo de nosso tempo: nela se condensam as tensões entre regulação e emancipação, entre performatividade e formação, entre hegemonia e antagonismo. A disputa pela qualidade é, antes de tudo, uma disputa pela significação da própria educação: se ela será instrumento de governo ou espaço de reinvenção do comum.



CONSIDERAÇÕES CONTINGENTES

A análise realizada permitiu compreender que o modelo das escolas cívico-militares representa mais do que uma estratégia administrativa ou pedagógica: ele materializa uma racionalidade política neoliberal que reconfigura o campo educacional a partir de lógicas de controle, padronização, disciplina e performatividade. Sob o signo da “qualidade”, opera-se uma sutura discursiva que associa o bom desempenho escolar à disciplina, à obediência e ao mérito individual, neutralizando a dimensão política e coletiva da educação.

Contudo, o discurso da qualidade, tal como fixado pelo projeto cívico-militar, não é uma verdade definitiva, mas uma articulação provisória que depende da constante reprodução de suas condições de legitimidade. A equivalência entre disciplina e qualidade, eixo central dessa hegemonia, revela-se vulnerável à medida que outros discursos emergem, tensionando a naturalização dos sentidos dominantes e reabrindo o campo da política.

Nesse horizonte, a contingência não deve ser entendida como fraqueza, mas como possibilidade de devir. A cada fissura discursiva, a cada resistência micropolítica, a cada gesto que escapa à performatividade da norma, evidencia-se o caráter aberto e disputável do social. A política educacional, nessa chave, é sempre uma prática de significação: um espaço em que diferentes projetos de sociedade se confrontam na tentativa de definir o que é “educar” e “para quem” se educa.

Em tempos de avanço das políticas de performatividade, regulação e conservadorismo na Educação, insistir na precariedade dos sentidos é, paradoxalmente, um gesto de resistência e esperança. Significa reconhecer que, embora o discurso cívico-militar tendesse a ser ovacionado por adeptos do militarismo nas escolas, o campo do possível permanece aberto à diferença, ao diálogo e ao devir, compreendidos por meio de uma pedagogia que, ao invés de domesticar, se propõe a politizar e dar abertura ao ato de educar.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma



sociedade performativa. **Educação e Realidade**, v.35, n.2, 2010.

BALL, Stephen J. **Educação Global S/A: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

ROSA, S. S. Da. Entrevista com Stephen J. Ball - Privatizações da educação e novas subjetividades: contornos e desdobramentos das políticas (pós) neoliberais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 53, p. 457–466, abr. 2013.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (orgs.). **Pesquisa em Políticas Educacionais: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes das Escolas Cívico-Militares**. 2021.

Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acesso_informacao/pdf-arq/10DIRETRIZESPECIMVERSO_observaes_14072021convertido2.pdf

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Editora. Boitempo. 2019.

